



# Paineiras Logística e Transportes Ltda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

## ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL .....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	5
1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	6
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	6
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	13
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	14
7 TRIBUTOS A RECUPERAR .....	14
8 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES .....	14
9 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”) .....	15
10 DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	16
11 FORNECEDORES .....	16
12 TRIBUTOS A RECOLHER .....	16
13 PARTES RELACIONADAS .....	16
14 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS .....	17
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	17
16 RECEITA LÍQUIDA .....	18
17 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA .....	18
18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO .....	18
19 COBERTURA DE SEGUROS .....	19
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	20

## BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	606	6.454
Aplicações financeiras			334
Contas a receber de clientes	6	22.055	15.496
Tributos a recuperar	7	465	1.531
Adiantamentos a fornecedores	8	5.696	3.057
Despesas antecipadas		16	26
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>28.838</b>	<b>26.898</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recuperar	7	4.851	5.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	534	693
Depósitos judiciais		4.552	4.858
Imobilizado			11
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.937</b>	<b>11.280</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>38.775</b>	<b>38.178</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	4.056	4.853
Tributos a recolher	12	768	783
Salários e encargos sociais		122	110
Partes relacionadas	13	94	39
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.040</b>	<b>5.785</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para passivos judiciais	14	277	714
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>277</b>	<b>714</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.317</b>	<b>6.499</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	15	22.824	22.824
Reservas de lucros		1.141	1.052
Resultados acumulados		9.493	7.803
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>33.458</b>	<b>31.679</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>38.775</b>	<b>38.178</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>16</b>	<b>80.794</b>	114.525
Custo dos produtos vendidos	17	(79.283)	(107.416)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.511</b>	<b>7.109</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Outras receitas operacionais, líquidas	17	26	3.540
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>1.537</b>	<b>10.649</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas	18	(7)	(21)
Receitas		595	2.016
Variações monetárias		328	195
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>2.453</b>	<b>12.839</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	9	(514)	(1.322)
Diferidos	9	(160)	(2.311)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.779</b>	<b>9.206</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.779</b>	9.206
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>1.779</b>	<b>9.206</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social subscrito	Reservas de lucros	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>22.824</b>		<b>(351)</b>	<b>22.473</b>
<b>Resultado abrangente total</b>				
Constituição de reserva		1.052	(1.052)	
Lucro do exercício			9.206	9.206
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.824</b>	<b>1.052</b>	<b>7.803</b>	<b>31.679</b>
<b>Resultado abrangente total</b>				
Constituição de reserva		89	(89)	
Lucro do exercício			1.779	1.779
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22.824</b>	<b>1.141</b>	<b>9.493</b>	<b>33.458</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.779</b>	<b>9.206</b>
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e amortização (nota 17)	11	78
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 18)	(328)	(195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160	2.311
Créditos tributários		(5.718)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(6.559)	(9.070)
Estoques		1.861
Tributos a recuperar	2.301	420
Adiantamento a fornecedor	(2.639)	5.609
Despesas antecipadas	10	22
Depósitos judiciais	670	(888)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>		
Tributos a recolher	499	306
Fornecedores	(797)	(6.376)
Salários e encargos a pagar	12	(139)
Partes relacionadas	55	(32)
Provisão para passivos judiciais	(474)	594
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<b>(5.300)</b>	<b>(2.011)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(882)	(2.172)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(6.182)</b>	<b>(4.183)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicações financeiras, líquidas	334	(334)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>334</b>	<b>(334)</b>
<b>Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.848)</b>	<b>(4.517)</b>
No início do exercício	6.454	10.971
No final do exercício	606	6.454
<b>Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.848)</b>	<b>(4.517)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Paineiras Logística e Transportes Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade empresária limitada com sede na cidade de Suzano, no estado de São Paulo e que tem por objeto:

- i. operação de transportes rodoviários de cargas, com a utilização de veículos próprios ou de terceiros; e
- ii. organização logística de transporte, armazenagem e movimentação de carga.

A Empresa é controlada pela Suzano S.A., que detém 100% de participação do capital social e que é seu único cliente na prestação de serviços logísticos. Os valores envolvidos nesta transação estão divulgados na nota 13.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva da Empresa em 31 de março de 2025.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.12.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, e estão considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

## 3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes nos exercícios apresentados.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

### 3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

#### 3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1) – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1) – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a) os termos e as condições dos acordos;
- (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
- (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Empresa analisou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que ele não se aplica à entidade.

### **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)**

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants**

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22)**

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Empresa analisou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que ele não se aplica à entidade.

## 3.2 Políticas contábeis adotadas

### 3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A Empresa definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

### 3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

### 3.2.3 Instrumentos Financeiros

#### 3.2.3.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cuja categoria de mensuração e apresentação é o custo amortizado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### 3.2.3.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

#### 3.2.3.3 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

##### 3.2.3.3.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Empresa avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

- i. dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. quando a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- iv. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

- v. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- vi. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

#### **3.2.4 Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Empresa e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

#### **3.2.5 Imobilizado**

Mensurado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

#### **3.2.6 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que a Empresa atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### 3.2.7 Fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Empresa, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### 3.2.8 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

### 3.2.9 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que cada obrigação de desempenho seja cumprida pela Empresa.

Para isso, a Empresa utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

### 3.2.10 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras despesas financeiras, além das variações cambiais e monetárias. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### 3.2.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Empresa espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, no momento não temos contingências prováveis provisionadas.

Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### 3.2.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, apresentado a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros.
- análise anual do valor recuperável de impostos (notas 7 e 9); e
- provisão para passivos judiciais (nota 14).

A Empresa revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

### 3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18 (IFRS® Accounting Standards), conforme divulgado abaixo.

Com relação aos IFRS mencionados abaixo, não houve a promulgação do CPC correspondente.

#### 3.3.1 Alterações do CPC 02 (R2): Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

#### 3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### 3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

(i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional:

- As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha 'outras receitas e outros ganhos/ (perdas) – líquidos' no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional.
- O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos – que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança.

(ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira.

(iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- medidas de desempenho definidas pela administração;
- uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentados por função na categoria operacional da demonstração do resultado – essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e
- para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

(iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

A Companhia aplicará o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18.

### **3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

## 4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

#### 4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Empresa é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- i. liquidez; e
- ii. crédito.

A administração dos riscos de liquidez e de crédito da Empresa é realizada pela controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

#### 4.1.2 Administração de risco de liquidez

A Empresa tem como objetivo manter uma posição de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa da controladora Suzano S.A.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados a seguir e representam os fluxos de caixa não descontados.

	<b>31/12/2024</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor futuro</b>	<b>Até 1 ano</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	4.056	4.056	4.056
Partes relacionadas	94	94	94
	<b>4.150</b>	<b>4.150</b>	<b>4.150</b>
<b>31/12/2023</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor futuro</b>	<b>Até 1 ano</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	4.853	4.853	4.853
Partes relacionadas	39	39	39
	<b>4.892</b>	<b>4.892</b>	<b>4.892</b>

#### 4.1.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa.

#### 4.1.4 Bancos e instituições financeiras

A Empresa, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	606	6.454
Aplicações financeiras		334
	<u>606</u>	<u>6.788</u>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa são classificados por agências avaliadoras. Utilizamos o Brazilian Risk Rating e a classificação brAAA foi atribuída pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Caixa e bancos</b>	<b>606</b>	6.454
	<u>606</u>	<u>6.454</u>

## 6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Cientes no país</b>		
Partes relacionadas – Suzano S.A. (nota 13)	22.055	15.496
	<u>22.055</u>	<u>15.496</u>

## 7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ/CSLL – antecipação e impostos retidos	465	1.531
PIS/COFINS – exclusão ICMS	4.851	5.718
	<u>5.316</u>	<u>7.249</u>
<b>Circulante</b>	<b>465</b>	1.531
<b>Não circulante</b>	<b>4.851</b>	5.718

## 8 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos a fornecedores (frete) (1)	5.696	3.057
	<u>5.696</u>	<u>3.057</u>

(1) Adiantamentos para fornecedor de agenciamento de transporte rodoviário que é responsável pelos pagamentos aos motoristas autônomos.

## 9 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

### 9.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	1.591	1.761
Base negativa da contribuição social	573	634
<b>Diferenças temporárias ativas</b>		
Provisão para passivos judiciais	94	243
Provisões operacionais	15	
<b>Diferenças temporárias passivas</b>		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS <sup>(1)</sup>	(1.739)	(1.945)
<b>Ativo não circulante</b>	<b>534</b>	<b>693</b>

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreu o trânsito em julgado do processo que visava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota 7).

### 9.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado líquido do exercício	2.453	12.839
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(834)	(4.365)
<b>Efeito tributário sobre diferenças permanentes</b>		
Incentivos fiscais	24	732
Juros sobre créditos fiscais	136	
	(674)	(3.633)
<b>Imposto de renda</b>		
Corrente	(372)	(966)
Diferido	(118)	(1.699)
	(490)	(2.665)
<b>Contribuição social</b>		
Corrente	(142)	(356)
Diferido	(42)	(612)
	(184)	(968)
<b>Resultado com imposto de renda e contribuição social nos períodos</b>	<b>(674)</b>	<b>(3.633)</b>
<b>Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL</b>	<b>27 %</b>	<b>28 %</b>

## 10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

<b>Natureza dos processos</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Trabalhistas	227	97
Tributários <sup>(1)</sup>	4.325	4.740
Cíveis		21
	<b>4.552</b>	<b>4.858</b>

1) Refere-se substancialmente a depósito judicial atrelado a processo com probabilidade de perda remota de natureza tributária, referente a IRPJ e CSLL, sob a suposta alegação de insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL na apuração no ano-calendário de 2014.

## 11 FORNECEDORES

<b>Em moeda nacional</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Terceiros <sup>(1)</sup>	4.056	4.853
	<b>4.056</b>	<b>4.853</b>

(1) Refere-se principalmente a fretes.

## 12 TRIBUTOS A RECOLHER

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços ("ICMS")	467	441
Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")	170	112
Programas de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	100	204
Imposto sobre Serviços ("ISS")	22	18
Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	9	8
	<b>768</b>	<b>783</b>

## 13 PARTES RELACIONADAS

As transações da Companhia com acionista controlador foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a (i) agenciamento de transporte rodoviário e (ii) reembolso de despesas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

		Ativo / (Passivo)		Resultado operacional	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Transações com acionista controlador</b>	<b>Natureza</b>				
Suzano S.A	Agenciamento de transporte rodoviário	22.055	15.496	84.266	120.648
Suzano S.A	Reembolso de despesa	(94)	(39)	(471)	(460)
		<b>21.961</b>	<b>15.457</b>	<b>83.795</b>	<b>120.188</b>
Ativo - Contas a receber de clientes (nota 6)		22.055	15.496		
Passivo - Outras contas a pagar - circulante		(94)	(39)		
		<b>21.961</b>	<b>15.457</b>		

## 14 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

### 14.1 Processos com risco de perda provável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possuía 5 (cinco) processos de natureza trabalhista no montante de R\$277. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía 1 (um) processo de natureza trabalhista no montante de R\$74 e 1 (um) de natureza cível no montante de R\$640.

### 14.2 Processos com risco de perda possível

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não possuía nenhum processo com risco de perda possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía 2 (dois) processos trabalhistas no montante de R\$20 e 1 (um) processo cível no montante de R\$180.

## 15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 15.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$22.824, dividido em 22.824.000 quotas nominais.

### 15.2 Reservas de lucros

#### 15.2.1 Reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal na base de 5% do lucro líquido do exercício. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$532 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$443.

#### 15.2.2 Reserva de incentivos fiscais

Em determinação do artigo 30 da Lei no 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto no 1.598/77, a Empresa, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e em 31 de dezembro de 2023 o saldo dessa reserva era de R\$609.

## 16 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>99.756</b>	141.838
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre vendas	(18.962)	(27.313)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>80.794</u></b>	<b><u>114.525</u></b>

## 17 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
Custos logísticos	(72.885)	(101.444)
Custos com serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(6.387)	(5.894)
Depreciação	(11)	(78)
	<b><u>(79.283)</u></b>	<b><u>(107.416)</u></b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Créditos tributários – ICMS na base do PIS/COFINS		5.718
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	106	(382)
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(80)	(1.796)
	<b><u>26</u></b>	<b><u>3.540</u></b>
	<b><u>(79.257)</u></b>	<b><u>(103.876)</u></b>

(1) Refere-se à reparos de manutenção, armazenagem, carga e descarga.

## 18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre débitos fiscais	(7)	(21)
	<b><u>(7)</u></b>	<b><u>(21)</u></b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação financeira e equivalentes de caixa	194	2.016
Juros sobre outros ativos	401	
	<b><u>595</u></b>	<b><u>2.016</u></b>
<b>Variações monetárias</b>		
Correções monetárias de depósitos judiciais	328	195
	<b><u>328</u></b>	<b><u>195</u></b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b><u>916</u></b>	<b><u>2.190</u></b>

## 19 COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A. de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$123.846 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Empresa considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

---

Carlos Alberto Campelo  
Diretor

---

Eduardo Botelho Lotti  
Diretor

---

Arvelino Cassaro  
Contador - CRC ES 007400/O-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### VISÃO GERAL

A Paineiras Logística foi criada em 2009, com sede na cidade de Suzano no Estado de São Paulo, e concentra seus esforços na operação de transportes rodoviários de cargas e organização logística, sendo prestados exclusivamente à sua controladora Suzano S.A.

A Empresa não possui colaboradores diretos e a prestação de serviços de frete é feita por empresa de agenciamento de transporte rodoviário com motoristas autônomos.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

#### Receita Líquida

A receita líquida da Empresa em 2024 foi de R\$80.794 mil, 29% inferior à receita líquida registrada em 2023, de R\$114.525 mil, resultado da diminuição de prestação de serviços de frete para a controladora Suzano S.A.

#### Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2024 totalizou R\$79.283 mil, 26% inferior ao registrado em 2023, de R\$107.416 mil, resultado da diminuição de prestação de serviços de frete.

#### Lucro Bruto

Em 2024 a Empresa registrou um lucro bruto de R\$1.511, e em 2023 um lucro bruto de 7.109.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 916 mil em 2024, ante R\$ 2.190 mil em 2023. A variação reflete o resgate das aplicações financeiras em 2024.

#### Resultado Líquido

Como resultado do exposto, a Empresa registrou um lucro líquido de R\$ 1.779 mil em 2024, ante R\$ 9.206 mil em 2023.

**RATING**

Ao longo de 2024, a Paineiras Logística manteve o rating Grau de Investimento (brAAA) na escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings para a maioria dos seus investimentos financeiros.

**SUSTENTABILIDADE**

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

**GOVERNANÇA**

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

**AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS**

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

**PESSOAS**

A Empresa está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.